



Governo do Distrito Federal
Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 - CPL/DIRAFI/DIREX/FUNAP- DF
(Licitação com itens exclusivos e cota reservada para micro e pequenas empresa)

Processo Administrativo nº: 00056-00001025/2025-41

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

INTERESSADO: FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

CÓDIGO UASG: 926354

OBJETO: Pregão eletrônico destinado a aquisição de implementos agrícolas para serem utilizados nas atividades agrícolas na Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 190.197,84 (cento e noventa mil cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos).

DATA DE ABERTURA: 26/02/2026.

HORÁRIO DA ABERTURA: 9h30

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item

MODO DE DISPUTA: aberto/fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: www.gov.br/compras.

TELEFONE: Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro no endereço mencionado ou pelo telefone (61) 3686-5055.

Sumário

1.	DO OBJETO	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	4
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	5
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	6
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	7
8.	DOS RECURSOS	8
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	9
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
11.	DO TERMO DE CONTRATO	9
12.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	10
12.	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA	11
13.	APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.....	18
14.	ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA	24
15.	ANEXO III - MODELO DA MINUTA DE CONTRATO.....	25
16.	ANEXO IV - MODELO DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	29
17.	ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	30
18.	ANEXO VI - MODELO DA DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N° 39.860/2019	30
19.	ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP	30

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

O Distrito Federal, representado pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal – FUNAP/DF, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para a aquisição de implementos agrícolas para serem utilizados nas atividades agrícolas na Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), conforme descrito no Anexo I deste Edital.

O presente certame será regido pela Lei nº 14.133/2021, regulamentada, no Distrito Federal, pelo Decreto 44.430/2023, Lei 123/2006, regulamentada, no Distrito Federal, pela Lei distrital nº 4.611/2011, Decreto distrital nº 35.592/2014, pelo Parecer Referencial nº 59/2024 - PGDF/PGCONS, além das demais normas pertinentes, observadas as condições estabelecidas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas para serem utilizados nas atividades agrícolas na Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), conforme especificações constantes neste Edital e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

2.3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo para isso fazer o seu devido enquadramento como ME ou EPP em campo próprio no sistema, QUANDO DO CADASTRO DE SUA PROPOSTA, DECLARANDO assim, para fins legais, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, pela Lei Distrital n.º 4.611 de 2011, e pelo Decreto Distrital n.º 35.592 de 2014, que estão aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos seus artigos 42 a 49 e que não se enquadram nas situações relacionadas no art. 3º da citada Lei Complementar.

2.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação desta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 22, § 1º da Lei Distrital nº 4.611 de 2011).

2.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 2.6.1., implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133 de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

2.7. Nas licitações de ampla concorrência será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

2.7.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada.

2.8. Para efeito do disposto no 2.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

2.8.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

2.8.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificadas, serão convocadas as próximas colocadas que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 2.7.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos 2.8.1 e 2.8.2, será realizado sorteio, aleatório e automático pelo sistema, entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

2.9. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos 2.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

2.9.1. O disposto no 2.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

2.9.2. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

2.10. Não poderão disputar esta licitação:

2.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.10.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.10.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.10.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.10.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.10.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.10.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.10.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.10.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.10.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.10.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.12. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

- 2.10.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.10.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);
- 2.10.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;
- 2.10.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);
- 2.10.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016):
- 2.10.17.1. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.10.17.2. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.10.18. A vedação de que trata o item 2.10.17 aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.10.19. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.10.20. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, ou do projeto básico ou executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.
- 2.10.21. Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários. O disposto aplica-se aos membros da comissão de licitação. (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF).
- 2.10.22. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras
- 2.11. O impedimento de que trata o item 2.10.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.10.2 e 2.10.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.14. O disposto nos itens 2.10.2 e 2.10.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.16. A vedação de que trata o item 2.10.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema gov.br/compras, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. valor unitário e total do item;
- 4.1.2. Marca e modelo;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo I), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas distritais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 78, X, da Lei Orgânica do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.11. O julgamento da proposta será consoante aos critérios de aceitação estabelecidos no Termo de Referência.
5. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou total do item.
- 5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos).**
- 5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.11. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema (Art. 122, §5º do Dec. distrital nº 44.330/2023).
- 5.11.1. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem anterior, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

- 5.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 5.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 5.20.2.2. empresas brasileiras;
- 5.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 5.20.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.20.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.20.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.20.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 5.20.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta devidamente assinada e adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.20.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- 6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (cnj.jus.br); e
- 6.1.5. Certidões Administração Pública Federal (tcu.gov.br)
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Caso o Termo de Referência (Anexo I) exija a apresentação de amostra, o licitante, provisoriamente classificado em primeiro lugar, deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. A licitante cuja habilitação parcial no SicaF acusar, no demonstrativo "Consulta Situação do Fornecedor", algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencida.

7.1.4. Considerando o art. 156, III, da Lei nº 14.133 de 2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Para habilitação dos licitantes, será exigida, a seguinte documentação:

7.2.1. Qualificação técnica

7.2.1.1. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto da licitação;

7.2.2. Regularidade fiscal e trabalhista

7.2.2.1. Certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;

7.2.2.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011.

7.2.2.3. a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2.4. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.5. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.2.2.6. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.2.2.7. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.2.3. Qualificação econômico-financeira

7.2.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (**Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425)**);

7.2.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

a) As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b) Os documentos referidos no inciso II limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

c) A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO} \\ \text{LG: } & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\ & \text{ATIVO CIRCULANTE} \\ \text{LC: } & \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\ & \text{ATIVO TOTAL} \\ \text{SG: } & \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \end{aligned}$$

7.2.3.3. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o montante do(s) item(ns) que a licitante pretende concorrer.

7.2.4. Habilitação jurídica:

7.2.4.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

a) Cédula de identidade;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

f) Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e

g) Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133 de 2021, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.

7.2.5. Declarações enviadas por meio do sistema gov.br/compras:

I - Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

II - Declaração de que não não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

III - Declaração de que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar, se for o caso.

IV - Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

V - Declaração de acessibilidade conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.

VI - Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.2.6. Declarações enviadas juntamente com as documentações de habilitação:

I - A empresa participante deverá apresentar, **na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato**, a Declaração de Ciência e Termo de Responsabilidade, constante no Anexo IV do Edital.

II - A empresa participante deverá apresentar, **na etapa de habilitação e no ato da assinatura do Contrato**, a Declaração de responsabilidade ambiental, Declaração para fins do Decreto nº 39.860 de 2019, constantes nos Anexos V e VI do Edital.

7.3. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome da matriz ou todos em nome da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.3.1. Para os efeitos desta licitação, considera-se sede a matriz ou o único estabelecimento comercial, industrial e de prestação de serviços da empresa (mesmo CNPJ).

7.4. Os órgãos e as entidades da administração direta, autarquia e fundacional do Distrito Federal devem adotar, nas licitações ou nas contratações diretas, critérios de sustentabilidade ambiental, como prevê a Lei Distrital nº 4.770 de 2012.

7.5. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

7.6. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

7.7. O pregoeiro poderá solicitar o envio de documentos originais ou autenticados, que deverão ser encaminhados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis para o endereço: **cpl.funap@sejus.df.gov.br**.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.9.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.9.2. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos, excepcionada a alínea "c" do subitem 7.2.4 do Edital.

7.9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico no endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

7.11. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.12. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.13. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.14.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.15. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.15.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15.6. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.7. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.8. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.20. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação pelo sistema.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://portalsei.df.gov.br/>.
9. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5. fraudar a licitação
- 9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 9.5. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 9.6. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 9.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Governo do Distrito Federal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 9.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descritas nos itens 9.1.3 e 9.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 9.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.16. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
10. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo endereço eletrônico: cpl.funap@sejus.df.gov.br.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
11. **DO TERMO DE CONTRATO**
- 11.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato na forma do inciso II do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

- 11.2. O adjudicatário terá o prazo de 8 (oito) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 11.2.1. O silêncio implica no decaimento do direito à contratação.
- 11.2.2. A convocação se dará, preferencialmente, por e-mail.
- 11.2.3. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, com cópia ou envio concomitante ao e-mail constante na proposta, caso discrepante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 11.3. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no presente Edital e seus anexos;
- 11.3.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 104 da mesma Lei;
- 11.3.5. A contratada manterá, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação;
- 11.3.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir de sua emissão, podendo ser prorrogado a critério da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. A FUNAP/DF poderá revogar o Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 12.10. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 12.11. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 12.12. É terminantemente proibida a utilização de mão-de-obra infantil na execução dos serviços, sendo que o descumprimento deste dispositivo implicará na rescisão imediata do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme estabelecido na Lei Distrital n.º 5.061 de 2013.
- 12.13. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365 de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448 de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.
- 12.14. A licitante vencedora fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital 5.757/2016, que criou o Programa de Estratégias para inserção de dependentes químicos no mercado de trabalho.
- 12.15. Deverão ser observadas as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual, nos termos estipulados no Decreto nº 44.701, de 05 de julho de 2023.
- 12.16. A contratada deverá observar a disposição da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do contrato.
- 12.16.1. A contratada deverá ter ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- 12.17. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.
- 12.18. Deverão ser observadas as boas práticas para o Desenvolvimento Social e Ambientalmente Sustentável e de Governança Corporativa, além de Transparência e Integridade nas Licitações e Contratações Públicas.
- 12.19. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**
- 12.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico: <https://www.funap.df.gov.br/editais-e-publicacoes/>.
- 13. DOS ANEXOS**
- 13.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:
- 13.2. ANEXO I - Termo de Referência/Projeto Básico.
- 13.3. ANEXO II - Modelo de Proposta de preços.
- 13.4. ANEXO III - Minuta de Contrato.
- 13.5. ANEXO IV - Modelo de Declaração de ciência e termo de responsabilidade.
- 13.6. ANEXO V - Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental.
- 13.7. ANEXO VI - Modelo de Declaração para os fins do Decreto nº 39.860/2019.
- 13.8. ANEXO VII - Modelo de Declaração dos Benefícios de ME/EPP.

Antonio Viana de Souza
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas para serem utilizados nas atividades agrícolas na Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), conforme especificações no item 4 deste Termo.

1.2. Nos termos do [art. 20, §1º da Lei 14.133/2021](#) e do art. 74 do [Decreto Distrital nº 44.330/2023](#), os itens não se caracterizam como bens de luxo, pois os padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais existentes no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses a partir da assinatura de contrato ou emissão de documento equivalente, podendo ser prorrogado a critério da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF), na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.4. Para a presente contratação, serão observados as regras constantes na Lei nº 14.133/2021, regulamentada no Distrito Federal pelo Decreto nº 44.330/2023, Lei Complementar nº 123/2006 e mais leis pertinentes ao objeto.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**Fundamentação da Necessidade**

A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF) foi criada pela [Lei nº 7.533, de 02 de setembro de 1986](#), integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS ([DECRETO Nº 27.767, DE 8 DE MARÇO DE 2007](#)).

Sua missão institucional é promover a inclusão e a reintegração social de pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, por meio do desenvolvimento de seus potenciais humanos, sociais e profissionais, como indivíduos e cidadãos. A atuação da FUNAP/DF na profissionalização do preso visa garantir que o sentenciado possa, durante o cumprimento da pena, adquirir conhecimentos que qualifiquem sua mão de obra para reinserção no mercado de trabalho e, consequentemente, possibilitar a quebra do ciclo criminal deste indivíduo.

Dentre as oficinas da FUNAP/DF, podemos citar as oficinas de marcenaria, corte e costura (alfaiataria), panificação, manipulação de alimentos, serralheria, fabricação de capas e estofados e produção de artigos para pet shop funcionam nas Unidades Prisionais do Distrito Federal, dentre elas o Centro de Internamento e Reeducação (CIR), o Presídio do Distrito Federal I (PDF I) e o Presídio Feminino do Distrito Federal (PFDf). A área agrícola, por sua vez, está situada em terreno nas proximidades do CIR, denominado Fazenda da FUNAP.

Trata-se de um espaço estruturado para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e agroindustriais voltadas à formação profissional e à reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Na Fazenda Modelo, são desenvolvidas ações voltadas à produção de hortaliças, legumes, frutas e grãos, além do cultivo de mudas para reflorestamento e plantas medicinais, conforme a disponibilidade de insumos e a capacidade produtiva local. O local também abriga projetos de criação de pequenos animais, como aves e suínos, contribuindo para o aprendizado técnico dos internos nas áreas de agricultura e zootecnia.

As atividades são orientadas por profissionais da FUNAP e contam com acompanhamento técnico especializado, garantindo a aplicação de boas práticas agrícolas, o uso racional de recursos naturais e a observância das normas sanitárias e ambientais vigentes. O espaço dispõe de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades, incluindo galpões, estufas, áreas de cultivo, depósitos, sistema de irrigação e equipamentos agrícolas diversos. Além de sua função produtiva, a Fazenda Modelo desempenha papel fundamental na ressocialização e capacitação profissional dos custodiados, oferecendo cursos e treinamentos voltados à inserção no mercado de trabalho. Os produtos cultivados são destinados ao consumo interno das unidades prisionais, à doação a instituições sociais e, eventualmente, à comercialização, conforme regulamentação própria, contribuindo para a sustentabilidade das ações da FUNAP.

Ressalte-se que nos locais é utilizada mão de obra de reeducandos que cumprem pena naquela unidade Prisional, os quais são classificados para o trabalho intramuros, com direito a recebimento de bolsa ressocialização, além da remição de pena pelos dias trabalhados, de acordo a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal -LEP), conforme vemos abaixo:

Do Trabalho

"Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo."

Da Remição

"Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho."

Atualmente, devido seu espaço físico, a área agrícola tem capacidade para atender de 40 a 50 internos mensalmente, podendo chegar ao quantitativo de 100, com a aquisição em tela. É grande a rotatividade de internos na área agrícola, vez que não há limite de tempo para que permaneçam recebendo a aprendizagem, dependendo da situação penal individual de cada reeducando, ou seja, após classificados podem permanecer na oficina até que haja a desclassificação motivada por vários fatores, dentre os quais podemos citar: mudança de regime prisional, transferência de unidade, recebimento de benefício (prisão domiciliar), envolvimento em ocorrência disciplinar e outros.

Diante do cenário da crescente demanda por capacitação agrícola e da limitação operacional imposta pela escassez de maquinário, justifica-se a necessidade de aquisição de implementos agrícolas, zero hora. Estes equipamentos são essenciais para:

1. Ampliar as vagas de treinamento na área agrícola:

O atual limite operacional da Fazenda da FUNAP permite a formação simultânea de aproximadamente 40 a 50 reeducandos por mês. A limitação de maquinário impõe barreiras ao aumento desse quantitativo, sobretudo em etapas que exigem mecanização, como preparo do solo, transporte de materiais, escavações e instalação de cercas. Com os novos implementos agrícolas recém adquiridos, será possível criar turnos de treinamento adicionais, absorver maior número de internos e diversificar os módulos formativos, com enfoque em habilidades específicas como manuseio de máquinas, mecânica básica, condução segura de tratores, operação de perfuradores e carregamento de materiais. Exemplo: um conjunto de implementos — como enxada rotativa, grade aradora e sulcadores — acoplados ao trator permite preparar o solo, plantar e realizar o cultivo em uma fração do tempo do trabalho manual. Essa diferença de produtividade proporciona a formação de novos grupos e a diversificação dos módulos. Os reeducandos também terão a experiência e o treinamento no uso de tecnologia que otimiza as etapas da produção, qualificando-os para o mercado de trabalho moderno.

2. Melhorar a qualidade da formação técnica oferecida aos internos:

Além do aspecto quantitativo, a presença dos implementos agrícolas eleva a qualidade da capacitação ofertada. O uso de equipamentos modernos e compatíveis com os utilizados no setor agropecuário permite que o interno tenha contato com tecnologias e técnicas atualizadas, ampliando sua empregabilidade após o cumprimento da pena. O conteúdo programático poderá incluir noções de operação e manutenção de tratores, práticas de segurança no trabalho com máquinas pesadas, uso de implementos agrícolas e planejamento de lavouras mecanizadas. Essa vivência prática é altamente valorizada por empregadores do setor rural, aumentando as chances de inserção no mercado de trabalho formal. Exemplo: internos capacitados na operação de implementos agrícolas são frequentemente absorvidos em cooperativas, fazendas comerciais e programas de reinserção laboral rural, principalmente em regiões como o Entorno do DF, onde a agricultura familiar e de médio porte é bastante ativa.

3. Aumentar a produtividade nas culturas e atividades desenvolvidas na Fazenda FUNAP:

O desempenho das atividades agrícolas depende, em grande medida, da disponibilidade e eficiência dos insumos e equipamentos utilizados. Atualmente, a produtividade da Fazenda FUNAP é comprometida pela limitação de recursos mecânicos. Tarefas como aração, transporte de adubo, irrigação e escavação de valas são feitas manualmente ou com recursos improvisados, o que reduz o aproveitamento das safras e limita a variedade de culturas plantadas. Com a chegada dos implementos, será possível implantar técnicas de agricultura de precisão em pequena e média escala, melhorar o preparo do solo, aumentar o número de ciclos produtivos por ano e ampliar a variedade de culturas exploradas (hortaliças, frutíferas, leguminosas, mudas para reflorestamento, etc.). A mecanização também permitirá o cultivo de áreas que hoje estão ociosas ou

subutilizadas. Exemplo: com o uso dos implementos para aração e distribuição de compostagem, será possível iniciar uma plantação de hortaliças em larga escala com ciclo reduzido, como alface e rúcula, destinadas ao consumo interno, doação ou comercialização.

4. Favorecer acordos de cooperação com instituições públicas como a NOVACAP e Administrações Regionais:

A atuação da FUNAP em parceria com órgãos públicos e entidades do Distrito Federal depende da capacidade da fundação em ofertar contrapartidas reais e estruturadas. Por exemplo, produção agrícola ajuda nos projetos e cultivos de mudas nativas para reflorestamento e desenvolvimento fitoterápico, com [mais de 50 mil unidades entregues à população desde julho de 2023](#), sempre com a participação de reeducandos assistidos pela FUNAP. Com a mecanização da Fazenda FUNAP, será possível oferecer excedentes produtivos, prestar serviços agrícolas supervisionados e estabelecer novos acordos de cooperação previstos no [art. 116 da Lei nº 14.133/2021](#), garantindo retorno social à população do DF e fortalecendo o papel da FUNAP como agente de inclusão produtiva. Exemplo: a produção de mudas frutíferas, hortaliças e leguminosas pode abastecer hortas urbanas em Regiões Administrativas carentes, em convênio com Administrações Regionais, contribuindo para políticas públicas de segurança alimentar, saúde e desenvolvimento sustentável. A produção de mudas para reflorestamento ajuda na criação de fitoterápicos que, em parceria com a Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) corrobora com o processamento na Farmácia Viva e a distribuição de medicamentos em pelo menos 25 (vinte e cinco) Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

A produção oriunda dessas atividades tem destinação múltipla: alimentação dos animais criados na Fazenda FUNAP, doação a instituições beneficentes (mediante formalização de processo), e possibilidade de comercialização conforme normativas legais, contribuindo para a sustentabilidade das ações da fundação.

A aquisição está em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme os arts. 10, 11 e 12 da [Lei nº 14.133/2021](#) (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que determinam a obrigatoriedade de planejamento e motivação dos atos administrativos voltados à contratação pública.

Cabe ainda mencionar que esta ação encontra respaldo na Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional (Resolução CNPCP nº 1, de 30 de abril de 2008, atualizada pela Resolução CNPCP nº 6, de 3 de setembro de 2021), que recomenda a oferta de atividades laborais como parte do processo de reintegração social, com ênfase no fortalecimento das competências profissionais dos apenados.

Dessa forma, a aquisição de implementos agrícolas configura-se como medida indispensável para o cumprimento da finalidade institucional da FUNAP/DF, proporcionando maior eficiência às atividades desenvolvidas na área agrícola, ampliando as oportunidades de capacitação e ressocialização dos reeducandos do sistema prisional do Distrito Federal.

Diante das considerações previamente elencadas, justifica-se a importância da aquisição de implementos agrícolas para uso na área produtiva da FUNAP/DF, localizada no Centro de Internamento e Reeducação – CIR, na Fazenda Papuda, Rodovia DF-465, Km 04 – Lago Sul/DF, no Complexo Penitenciário do Distrito Federal. Os implementos serão fundamentais para otimizar as atividades de preparo do solo, plantio e manejo das culturas desenvolvidas, contribuindo diretamente para o aumento da eficiência operacional, da produtividade agrícola e da formação técnica dos internos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP-DF) realizará pregão visando o fornecimento de implementos agrícolas, de acordo com a quantidade, características e especificações descritas neste documento. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, conforme as necessidades desta Fundação.

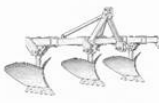


3.2. Dessa forma, a aquisição do objeto desta contratação emerge como a solução mais eficiente, assegurando não apenas a disponibilidade ininterrupta dos serviços, mas também oferecendo a esta Fundação maior autonomia, economia, controle e segurança operacional.





3.3. A presente contratação visa atender às necessidades operacionais da área agrícola da FUNAP/DF, localizada no Centro de Internamento e Reeducação (CIR), na Fazenda Papuda, sendo a pretensa contratação peça-chave para as etapas de preparo do solo, plantio, transporte de insumos e colheitas, além de apoiar atividades de capacitação técnica de internos em práticas agrícolas.

3.4. Os implementos deverão vir compatíveis com a descrição e potência, conforme detalhado na especificação técnica, de forma a garantir a sua plena funcionalidade e versatilidade nas diferentes etapas produtivas.

3.5. Adicionalmente, a especificação contempla exigências relacionadas à sustentabilidade ambiental, como o atendimento a normas de emissão de poluentes, eficiência energética e ergonomia. A solução proposta busca também assegurar a conformidade com os princípios da economicidade, da eficiência e da vantajosidade para a Administração, conforme previsto na [Lei nº 14.133/2021](#).

4. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	CATMAT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	IMAGEM ILUSTRATIVA
1	Sulcador de 3 linhas para trator. Engate de 3 pontos. Estrutura tubular de alta resistência. Largura total de 2100mm. Altura total de 1515mm. Altura livre de 810mm. Espaçamento entre linhas de 350mm a 2000mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	325485	R\$6.326,98	R\$6.326,98	
2	Compactadora e ensacadora de silagem elétrica. Tensão/Alimentação: 220v. Motor: Mínimo 3cv. Capacidade de ensacar: Mínimo 2 toneladas por hora. Chave liga e desliga automaticamente. Compactação e peso reguláveis com sacos de até 25kg	UNIDADE	1	264982	R\$11.668,40	R\$11.668,40	
3	Rotocanteirador. Tipo: Hidráulico. Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura. 1100mm de topo e	UNIDADE	1	X	R\$20.625,00	R\$20.625,00	

	1250mm de base. Características técnicas mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com tratores de potência mínima 75cv						
4	Ensiladeira 12 facas. 2 linhas. Rotor com 12 facas em perfil C. Tudo elevador sem emen. Sistema de cardan. Produção de até 30 toneladas por hora. Tamanho de picado 24 (2 a 36mm), 1 (um) rotor. Acionamento tratorizado. 4 (quatro) rolos recolhedores. Transmissão caixa e cardan. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	610074	R\$85.000,00	R\$85.000,00	
5	Grade aradora com 14 discos de 28 polegadas de diâmetro. Mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo ou a graxa. Espaçamento mínimo entre os discos de 230mm. Controle remoto para regulação de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas. Largura de corte mínima: 150mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	472269	R\$49.000,00	R\$49.000,00	
6	Arado fixo hidráulico. 3 (três) pontos com 3 (três) discos de 28 polegadas de diâmetro. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	428535	R\$16.625,00	R\$16.625,00	
7	Perfurador de solo. Tipo de combustível: Gasolina. Motor/Potência mínima: 50cc. Características adicionais: Com 1 (uma) broca de 150mm e 1 (uma) broca 300mm	UNIDADE	1	612629	R\$952,46	R\$952,46	
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$190.197,84	

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam devidamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado – SICAF, conforme disposto no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. Todos os itens, exceto o item "4" (Ensiladeira 12 facas), deverão ser destinados exclusivamente às empresas enquadradas na Lei Complementar nº 123/2006 (Lei das Micro e Pequenas Empresas).

5.1.2. Os objetos a serem fornecidos devem atender aos critérios de avaliação e controle do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

5.3. Os itens deverão ser entregues em perfeito estado, com plenas condições de uso, sendo recusado se estiver em desacordo com as especificações constantes deste documento.

5.4. Os implementos deverão ser entregues devidamente montados, em perfeitas condições de funcionamento, pronto para operação imediata.

5.5. Em caso de rejeição dos implementos, no todo ou em parte, por estarem em desacordo com as especificações contratadas — independentemente do motivo alegado — o fornecedor deverá providenciar a substituição, sem ônus para esta Fundação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da notificação formal.

5.6. O agendamento da entrega deverá ser feito com o Gestor do Contrato da FUNAP/DF, exclusivamente em dias úteis, no horário de 08h às 16h, com intervalo entre 12h e 13h.

5.7. O local de entrega será: Rodovia DF – 465, KM 04, Fazenda Papuda, São Sebastião/DF.

5.8. O produto deverá ser, preferencialmente, quando couber, acondicionado em embalagem individual adequada, resistente e segura, com o menor volume possível e utilização de materiais recicláveis, garantindo proteção durante transporte e armazenamento, quando aplicável.

5.9. A empresa contratada deverá dispor de recursos humanos adequados e qualificados para a entrega e eventual suporte técnico, cumprindo a legislação vigente relacionada à saúde e segurança do trabalho, bem como as exigências dos órgãos reguladores como ANVISA, CRN, Ministério do Trabalho, entre outros.

5.10. Os profissionais designados deverão estar devidamente identificados, uniformizados e equipados com os EPIs necessários.

5.11. Os implementos agrícolas entregues deverão estar em perfeitas condições de funcionamento, sem defeitos, avarias ou sinais de uso, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, e acompanhado da respectiva nota fiscal com descrição detalhada.

5.12. Os bens deverão estar equipados com todos os dispositivos e acessórios obrigatórios, originais de fábrica, e em conformidade com as normas técnicas vigentes aplicáveis ao modelo ofertado, incluindo os itens de segurança exigidos por lei.

5.13. Os bens devem estar plenamente compatíveis com as normas técnicas vigentes, em especial as da ABNT, quando aplicáveis.

5.14. Sustentabilidade:

5.14.1. A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição. Os materiais a serem utilizados devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme determina a [IN SITI/MP n.º 01, de 2010](#).

5.14.2. A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na [Lei Distrital nº 4.770/2012](#), que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Em especial, para atual contratação, o art. 7º da Lei Distrital em questão.

5.14.3. Além dos critérios de sustentabilidade acima, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as demais legislações vigentes.

5.14.4. Não se excluindo outras medidas, porventura necessárias e não mencionadas nesse estudo.

5.15. Subcontratação:

5.15.1. É vedada a subcontratação completa ou parcial dos objetos, uma vez se trata de bem comum, amplamente comercializado no mercado e não demanda técnicas especiais para sua instalação/uso.

5.16. Consórcio:

5.16.1. Não será permitida a participação de consórcio, uma vez que os objetos a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço e de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública.

5.17. Garantia da Contratação

5.17.1. Fica dispensada a garantia da contratação conforme disposto na Autorização 42 (185633471).

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. O prazo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da(s) Nota(s) de Empenho pela Administração.

6.1.2. Caso a contratada identifique a impossibilidade de cumprir o prazo estipulado, deverá comunicar formalmente à Administração, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência do vencimento do prazo, apresentando justificativa circunstanciada. A prorrogação do prazo poderá ser concedida a critério da Administração por prazo não superior à 30 (trinta) dias.

6.1.3. Os objetos deverão ser entregues na Fazenda FUNAP, localizada na Rodovia DF – 465, KM 04, Fazenda Papuda, DF, 71200-020, de segunda-feira a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00 horas. Telefone: (61) 8549-1461, e-mail: claudionor.rodrigues@sejus.df.gov.br ou dircop.funap@sejus.df.gov.br.

6.1.4. Os implementos deverão estar, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de modo a garantir sua proteção durante o transporte e o armazenamento, quando aplicável

6.1.5. Os bens deverão atender às normas técnicas da ABNT e demais diretrizes legais pertinentes.

6.1.6. Os implementos entregues devem ser novos, sem uso, de boa qualidade, estar em perfeitas condições de funcionamento, sem defeitos ou sinais de deterioração, atendendo rigorosamente às especificações contidas neste Termo de Referência, e devem estar acompanhados da Nota Fiscal detalhada.

6.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.1.8. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos objetos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#)).

6.1.9. A empresa contratada deverá observar a disponibilidade de recursos humanos adequados e qualificados, cumprindo as leis relacionadas à saúde do trabalhador e aos órgãos reguladores (ANVISA, Ministério do Trabalho e outras). Os empregados da contratada, destacados para execução dos serviços deverão apresentar-se munidos de EPI, para evitar danos à saúde.

6.1.10. Caso os bens sejam rejeitados, no todo ou em parte, em virtude de estar em desacordo com as especificações contratadas, e/ou prazos de garantia, ou embalagens violadas ou danificadas, independentemente do motivo alegado, devem ser substituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem ônus para a Administração Pública.

6.10.11. Os implementos deverão ser entregues, em perfeitas condições de funcionamento, prontos para operação imediata.

6.2. Da garantia:

6.2.1. Os implementos deverão possuir garantia de fábrica., contados a partir do recebimento definitivo, contra defeitos de fabricação e funcionamento, incluindo peças e mão de obra, sem ônus para a Administração;

6.2.2. Os produtos constantes do Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#), o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

6.2.3. A garantia deverá incluir, sem ônus para a Administração, todas as despesas com mão de obra, materiais, peças de reposição, transporte e demais encargos decorrentes da prestação dos serviços de manutenção corretiva;

6.2.4. A contratada deverá apresentar, no momento da entrega, relação de assistências técnicas autorizadas no Distrito Federal ou, quando não disponível no DF, nas localidades mais próximas, manual de operação e manutenção dos implementos em português, certificado de garantia e certificados de conformidade (quando aplicável), como emissão de ruídos, normas ambientais e segurança, podendo ser em PDF;

6.2.5. No caso de a empresa vencedora do certame licitatório não possuir assistência técnica no Distrito Federal, deverá se responsabilizar pela retirada, transporte para a assistência técnica e devolução do produto sem ônus de qualquer espécie à contratante, respeitando o prazo estipulado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

6.2.6. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de peças de reposição pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da entrega dos bens; e

6.2.7. A contratada também deverá responsabilizar-se por vícios ocultos detectados após o término da garantia, nos termos do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

6.3. Os produtos constantes do Termo de Referência terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a Lei Federal nº 8.078, de 1990, o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

6.4. As empresas vencedoras deverão garantir a disponibilidade de assistência técnica autorizada que poderá ser acionada pela Administração para atendimento durante o período de garantia.

6.5. Caso a fabricante não possua assistência técnica no DF, a empresa licitante ficará responsável pela retirada, conserto e devolução do produto, incluindo taxas, fretes e quaisquer custos adicionais.

6.6. A contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078/1990](#)).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e do [Decreto 44.330, de 16 de março de 2023](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.6.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do caput do art. 21, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#);

7.6.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.6.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.6.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.6.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do caput do art. 21, do Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023;

7.6.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato;

7.6.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

7.6.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

7.6.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 27, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

7.6.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7.7. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.7.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

7.7.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.7.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

7.7.4. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.7.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

7.7.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

7.7.7. Comunicar ao gestor do contrato 30 dias antes, o término do ateste sob sua responsabilidade;

7.7.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 23, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#);

7.7.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 23, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#); e

7.7.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 27, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#), mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.8.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

7.8.2. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.8.3. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal;

7.8.4. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

7.8.5. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do caput do art. 23;

7.8.6. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do caput do art. 23; e

7.8.7. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 27, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 24 e o art. 25, do [Decreto nº 44.330, de 16 de março de 2023](#).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Do recebimento provisório e definitivo

8.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143, da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.2. Caso o bem seja rejeitado, no todo ou em parte, por não atender às especificações contratadas, prazos de garantia, ou por apresentar embalagem violada ou danificada, o fornecedor deverá providenciar sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da notificação, sem qualquer ônus para a Administração Pública, e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. Liquidação e Pagamento

8.3.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante a apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, em nome da FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL – FUNAP/DF, CNPJ 03.495.108/0001-90.

8.3.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

8.3.3. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada ou instrumento de cobrança (boleto).

8.3.4. Constatados erros, divergências ou outra falha nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas.

8.3.5. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.3.6. Para efeito de pagamento, a Contratada deverá apresentar os seguintes documentos:

8.3.7. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

8.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014);

8.2.9. Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

8.2.10. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao.

8.4. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

8.5. Passados o prazo assinalado no item anterior sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Lei nº 14.133/2021, no inciso XVI, do artigo 92 e cadastramento junto ao SICAF ou sistema similar utilizado pelo Governo do Distrito Federal, sob pena de retenção dos pagamentos, até que a pendência seja sanada;

9.2. Os implementos deverão ser entregues devidamente montados, todas as peças originais de fábrica, em perfeitas condições de funcionamento, pronto para operação imediata;

9.3. Efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas;

9.4. Apresentar certidão de regularidade fiscal da União e do Distrito Federal, social e trabalhista;

9.5. Entregar à Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF) cópia do CPF e da Carteira de Identidade do CONTRATADO, bem como Certidão de Nada Consta emitido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

9.6. Entregar à FUNAP/DF o bem adquirido, de forma que o bem esteja em estado de servir às finalidades da contratante, bem como lhe garantir o bom funcionamento do objeto durante a garantia do contrato.

9.7. Manter a documentação da empresa dentro das exigências estabelecidas pela Legislação correlata em vigor;

9.8. Responder por perdas e danos que vier a causar a contratada, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus funcionários, independentemente de outras cominações contratuais ou legais, a que estiver sujeita;

9.9. Responsabilizar-se pela manutenção corretiva dos bens, arcando, integralmente, com o ônus relativo à mão-de-obra, serviços e materiais necessários à realização de tais atividades;

9.10. Arcar com as eventuais manutenções ou reparos a serem efetuadas no bem adquirido, quando decorrentes de seu processo construtivo e dos materiais empregados, bem como as decorrentes de eventuais vícios ou defeitos que venham a ser encontrados, mesmo após a assinatura do Contrato.

9.11. Aplica-se ao Contratado, no que couber, as especificações técnicas contidas nos seguintes normativos: [Lei nº 14.133/2021](#); [Decreto 44.330/2023](#).

9.12. Informar à Contratante, em até 7 (sete) dias, quaisquer alterações na titularidade da empresa prestadora do serviço e responsável pela entrega do bem, inclusive com a apresentação da documentação correspondente;

9.12.1. Conforme disposto no art. 6º do [Decreto Nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011](#), os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A - BRB.

9.12.2. Excluem-se das disposições deste item:

I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

9.13. Cumprir todas as determinações constantes no Edital de Licitação.

9.14. Comunicar imediatamente ao contratante, por meio de correspondência eletrônica ou qualquer ato formal, fato relevante que eventualmente ocorra, que possa alterar significativamente a sua situação econômico - financeira ou a imagem pública;

9.15. Declarar não fazer o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão contratual e a aplicação de multa, sem prejuízos das sanções legais cabíveis, nos termos da [Lei Distrital nº 5.061/2013](#), salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

9.16. Declarar que não há fatos impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

9.17. Declarar que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.18. Responsabilizar pela designação correta dos resíduos resultante da contratação, nos termos da [Lei Distrital nº 4.770/2012](#), no que couber, em razão da execução de serviço ou entrega de material.

9.19. Substituir os objetos, que estejam desconformes com as especificações ou apresentem falhas de funcionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação formal da CONTRATANTE;

9.20. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 2 (dois) dias úteis.

9.21. Comunicar os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 2 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

9.22. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte o objeto deste Termo de Referência.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Emitir nota de empenho em favor da contratada;

10.2. Efetuar o pagamento no prazo previsto, nos termos das normas de execução orçamentária, vigente no Distrito Federal, devendo a nota fiscal ser devidamente atestada pelo executor do contrato, devidamente acompanhada da regularidade fiscal (pessoa física ou jurídica) junto a Fazenda do Distrito Federal, Fazenda Federal, FGTS e Trabalhista;

10.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

10.4. Ademais, a contratante obriga-se a:

10.4.1. Cumprir com a contratada, todos os compromissos financeiros autorizados e assumidos ou adiantados em decorrência desta contratação;

10.4.2. Notificar à contratada, formal e tempestivamente, de todas as irregularidades dúbidas e reclamações observadas no decorrer do Contrato.

10.4.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, mediante servidor (ou comissão) especialmente designado, conforme disposições do Decreto distrital nº 32.598/2010.

10.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o bem adquirido em desacordo com as cláusulas contratuais.

10.7. No caso de descumprimento contratual, aplicar as penalidades previstas no Edital, sem prejuízo da rescisão contratual.

10.8. Aplicar multa com base na legislação vigente, pelo descumprimento dos prazos estabelecidos sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

10.9. Aplicar sanções e/ou rescindir o contrato, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, ou por violação de direitos humanos.

10.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 29, da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem integralmente às especificações técnicas mínimas, ou que ofertarem modelos com potência, capacidade de levantar, ou dimensões inferiores às exigidas neste Termo de Referência.

11.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

11.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.13. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.14. Habilitação Jurídica:

11.14.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

11.14.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.14.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomeendedor.gov.br;

11.14.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.14.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.15. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

11.15.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

11.15.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.15.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.15.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.15.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.15.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.15.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.15.8. o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.15.9. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.15.10. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.16. Habilitação técnica:

11.16.1. Atestado de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa tenha desempenhado atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.17. Qualificação econômico-financeira

11.17.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, datada dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores (Nota Jurídica nº 09/2023 - PGCONS/PGDF (112651337) - 00060-00362229/2020-73 (112861425));

11.17.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e às demais cominações previstas em regulamento específico que trata dos procedimentos de aplicação de sanções, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. pesquisa de preços foi feita conforme o Decreto Distrital nº 44.330/2023, por meio de ampla pesquisa de preços no NF-e GDF, preços públicos em atas vigentes e licitações similares, obtidos nos Sistemas de Compras Governamentais, bem como em propostas de mercado fornecidas por empresas do ramo, devidamente descrito no Mapa Comparativo de Preços 182947101.

13.2. O custo referencial total para pretensa aquisição é de R\$ 190.197,84 (cento e noventa mil, cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos).

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A pretensa contratação possui adequação orçamentaria e financeira, nos termos do Art. 29, c/c o Art. 30, Inciso II, das Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, aprovadas pelo [Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010](#), e atendendo ao Art. 47, § 1º, Incisos I, II e III, das normas acima citadas.

14.2. A disponibilidade de Créditos Orçamentários, no valor de **R\$190.197,84 (cento e noventa mil cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos)**, está prevista conforme os termos abaixo:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 44201- FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL

PROGRAMA DE TRABALHO: 14.421.6217.2426.0015 - FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE APOIO AO INTERNO E SUA FAMÍLIA-FUNAP-DISTRITO FEDERAL

FONTE: 220 – DIRETAMENTE ARRECADOS

NATUREZA DA DESPESA: 449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

SUBITEM: 40 - MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIO

15. DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do CONTRATO e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

16.2. Nos termos da Lei nº 5.061, de 08 de março de 2013 e com fundamento no artigo 7º, XXXIII e artigo 227, § 3º, I da Constituição Federal, é vedada a utilização de mão de obra infantil no presente CONTRATO, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos. Bem como não é permitido a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

16.3. Aplica-se ao presente contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos.

16.4. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

CLAUDIONOR RODRIGUES DA SILVA

Matrícula: 284.232-7

Integrante Demandante

FRANCISCO DE ASSIS MENEZES

Matrícula: 285.480-5

Integrante Técnico

LUAN LUCAS DA SILVA SILVEIRA

Matrícula: 286.405-3

Integrante Administrativo

De acordo, aprovo o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

Cleone de Sousa Rocha

Diretor - DIRAFI

APÊNDICE DO ANEXO I**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. INFORMAÇÕES BÁSICAS**

PROCESSO SEI Nº 00056-00001025/2025-41

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Aquisição de implementos agrícolas com finalidade de serem utilizados na área agrícola da Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF) para continuidade da capacitação de pessoas que se encontram em conflito com a lei, conforme Documento de Formalização de Demanda - DFD n.º 16/2025 - FUNAP/DIREX/DIRCOP/GEAGRI (174922845).

FUNDAMENTO NORMATIVO:

Normativos que disciplinam os serviços:

I- [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações;

II- [Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023](#);

III- Demais legislações pertinentes e disposições a serem estabelecidas no Edital de Licitação, seus Anexos e no Instrumento Contratual.

3. ÁREAS REQUISITANTES

Item	UNIDADE
1	Diretoria Adjunta para Assuntos de Produção e Comercialização - DIRCOP

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO**

Nos termos do [inciso I do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021](#), descreve-se a necessidade da contratação sob a perspectiva do interesse público, conforme segue:

A aquisição de implementos agrícolas destinados à Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), representa uma medida de caráter estratégico que visa atender a múltiplas demandas de interesse público, indo além da ampliação da capacidade produtiva. Tal investimento contribui de forma significativa para a construção de uma sociedade mais segura, justa e economicamente produtiva, ao promover ações integradas de capacitação e reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

Dentre os principais desafios enfrentados pelo sistema prisional, destaca-se a elevada taxa de reincidência criminal. Indivíduos egressos do sistema, quando desprovidos de formação profissional adequada ou de um projeto de vida consistente, apresentam maior propensão ao retorno à criminalidade. Essa realidade gera um ciclo contínuo que sobrecarrega o sistema de justiça e compromete a segurança da coletividade, evidenciando a necessidade de políticas públicas eficazes de ressocialização.

A [reincidência criminal](#) não representa apenas um problema de segurança pública, mas também constitui um substancial ônus financeiro para o Estado. A manutenção de indivíduos no regime prisional implica [custos elevados](#), os quais se estendem aos processos de investigação, persecução penal e eventuais novos julgamentos.

A inserção produtiva e a qualificação profissional dos egressos do sistema prisional, ao promover sua reintegração social, têm potencial para reduzir significativamente essas despesas e gerar economia para os cofres públicos. Além disso, esses indivíduos podem atuar como referência positiva em seus ambientes familiares e comunitários, contribuindo para a interrupção de padrões intergeracionais de criminalidade.

Descrição da necessidade:

Trata-se da necessidade de aquisição de implementos agrícolas destinados ao fortalecimento das atividades desenvolvidas na Fazenda da FUNAP, vinculadas aos programas de capacitação profissional e ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Os equipamentos são essenciais para a execução das atividades de preparo do solo, plantio, cultivo e colheita, garantindo condições adequadas de trabalho e eficiência operacional nas ações de produção agrícola e zootécnica realizadas no local.

A aquisição justifica-se pela ampliação das atividades produtivas e educacionais promovidas pela Fundação, que têm como finalidade proporcionar formação técnica e prática aos custodiados, contribuindo diretamente para sua reinserção social e futura empregabilidade. Os implementos solicitados permitirão otimizar o uso da mão de obra reeducanda, ampliar a capacidade produtiva da Fazenda Modelo e assegurar o cumprimento das metas institucionais relacionadas à autossustentabilidade das unidades produtivas.

Além disso, a disponibilização de equipamentos modernos e adequados às demandas atuais possibilitará a melhoria das condições de segurança e ergonomia no ambiente de trabalho, bem como a adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e eficientes, alinhadas às diretrizes de gestão ambiental do Governo do Distrito Federal. Assim, a presente solicitação apresenta-se como medida necessária para garantir a continuidade, expansão e qualidade dos projetos de formação profissional e de ressocialização conduzidos pela FUNAP/DF

Objetivos gerais imediatos da contratação:

A contratação proposta visa atender às necessidades da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), instituída pela [Lei nº 7.533, de 02 de setembro de 1986](#), integrante da Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, atualmente vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal – SEJUS ([Decreto nº 39.610, de 1º de janeiro de 2019](#)). A FUNAP-DF tem como missão promover a ressocialização de pessoas privadas de liberdade por meio da capacitação profissional, treinamento e inserção no mercado de trabalho, contribuindo para sua inclusão e reintegração social como cidadãos e profissionais. Nesse sentido, esta Fundação vem investindo na aquisição de equipamentos que ampliem a qualidade das atividades laborais e educacionais desenvolvidas, assegurando melhores condições de trabalho, ensino e produtividade. Com a pretensa aquisição será possível propiciar o devido treinamento e aperfeiçoamento dos reeducandos, possibilitando a profissionalização e preparação para a reinserção no mercado de trabalho, alcançando dessa forma a finalidade precípua desta Fundação.

Esta Fundação atua também na promoção, manutenção e ampliação das políticas públicas nas áreas da Fazenda Modelo da FUNAP-DF. Em especial vale ressaltar a produção, capacitação e treinamento agrícola em:

horticultura;
fruticultura;
pecuária;
suinocultura; e
avicultura.

Para todas essas atividades, o uso dos implementos agrícolas é indispensável e de grande importância.

A pretensa aquisição ajudará ainda nos projetos e cultivo de mudas nativas para reflorestamento e desenvolvimento fitoterápico, com mais de 50 mil unidades entregues à população desde julho de 2023, sempre com a participação de reeducandos assistidos pela FUNAP. Essas atividades conciliam a formação profissional, geração de renda e apoio à segurança pública e ambiental, permitindo implantar os projetos governamentais programados, consolidando a FUNAP-DF como uma referência em políticas públicas de inclusão e reintegração social. ([Cultivo na Fazenda Modelo FUNAP Viabiliza Produção de Fitoterápicos](#))

REQUISITOS DA CONTRAÇÃO**Condições do prazo da entrega:**

O prazo de entrega dos implementos agrícolas será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho, da assinatura do contrato ou ordem de serviço, se for o caso.

Caso a contratada identifique a impossibilidade de cumprir o prazo estipulado, deverá comunicar formalmente à Administração, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência do vencimento do prazo, apresentando justificativa circunstanciada. A prorrogação do prazo poderá ser concedida a critério da Administração por prazo não superior à 30 (trinta) dias.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta, a contar da notificação da contratada, devendo ser substituídos às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Caso os bens sejam rejeitados, no todo ou em parte, em virtude de estar em desacordo com as especificações contratadas, e/ou prazos de garantia, ou embalagens violadas ou danificadas, independentemente do motivo alegado, devem ser substituídos no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem ônus para a Administração Pública.

Os materiais deverão possuir certificado junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), quando couber, e estarem de acordo com a legislação e/ou normas vigentes, em consonância com o [art. 42 da Lei Federal 14.133/2021](#).

Os bens deverão atender às normas técnicas da ABNT e demais diretrizes legais pertinentes.

Não serão aceitos materiais que não apresentem as características estabelecidas neste instrumento, bem como aqueles diferentes da marca ofertada na proposta da empresa vencedora do certame licitatório.

A contratante poderá rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo as especificações com as especificações e condições deste Termo de Referência, por meio de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto contratado.

Local e horário da entrega:

Os bens deverão ser entregues na Fazenda Papuda, Rodovia DF - 465, Km 04 – Lago Sul/DF, Complexo Penitenciário do Distrito Federal, adjacente ao Centro de Internamento e Reeducação – CIR.

Os bens poderão ser entregues de segunda-feira a sexta-feira das 08:00 às 16:00 horas, com data e horário previamente agendado com o gestor/fiscal do contrato pelo e-mail dircop.funap@sejus.df.gov.br ou pelos telefones: (61) 3686-5055 ou (61) 98549-1461.

Garantia do objeto:

Os produtos constantes do ETP terão a garantia mínima prevista no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a [Lei Federal nº 8.078, de 1990](#), o qual se inicia a partir do recebimento definitivo, sendo que prevalecerá a garantia oferecida pelo fabricante, caso o prazo seja superior ao estabelecido pela norma citada.

Os bens deverão possuir assistência técnica especializada, que poderá ser acionada pela Administração a qualquer momento para eventuais reparos, pelo prazo que prevalecer a garantia.

No caso de a empresa vencedora do certame licitatório não possuir assistência técnica no Distrito Federal, deverá se responsabilizar pela retirada e transporte para a assistência técnica, sem ônus de qualquer espécie à contratante, respeitando o prazo estipulado pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, houve a realização do levantamento de mercado a fim de comparar propostas, estimar o valor da contratação e identificar o preço de referência. A pesquisa demonstrou a existência de um número satisfatório de fornecedores a nível nacional e no Distrito Federal, indicando ampla concorrência.

A solução de aquisição foi selecionada por se alinhar aos requisitos definidos e por promover a competição, considerando economicidade, eficácia, eficiência, padronização e práticas de mercado e é uma prática recorrente na Administração Pública, e sua adoção pode ser justificada por vários fatores. A seguir, apresentamos algumas das principais razões que tornam essa opção vantajosa:

- I - Redução de Custos: Em razão dos custos embutidos na locação dos equipamentos, descartamos essa possibilidade. Esta opção é considerada inviável pois o modelo de contratação inclui uma franquia mensal e um custo adicional por hora rodado.
- II - Manutenção e Suporte: Na opção de locação, embora essa modalidade ofereça a vantagem de transferir a responsabilidade pela manutenção direta para a locadora, é importante considerar que a dependência externa poderia resultar em possíveis atrasos e limitações operacionais, uma vez que a gestão dos equipamentos não estará sob controle direto da FUNAP-DF e ainda demandaria reserva financeira mensal para o pagamento do contrato, o que poderia ser uma dificuldade financeira para a Administração.
- III - Flexibilidade: A pretensa aquisição fortalece o compromisso com a educação, permitindo a diversificação das culturas, a ampliação das etapas de cultivo atendidas internamente e a adaptação das práticas produtivas conforme as demandas sazonais e pedagógicas, otimizando o uso dos recursos e fortalecendo a autonomia da unidade.
- IV - Acesso a Tecnologia Atualizada: Os implementos aludidos posteriormente proporcionarão o acesso a tecnologias modernas, que elevam a eficiência das práticas agropecuárias, promovem a qualificação dos internos e alinham a produção aos padrões técnicos contemporâneos. Com isso, esta Fundação terá posse de equipamentos modernos e mais eficientes, que podem melhorar a produtividade e a segurança nas operações.
- V - Planejamento e Gestão de Projetos: A aquisição de implementos agrícolas permite um melhor planejamento de projetos, pois a FUNAP-DF pode executar exatamente o que precisa pelo período necessário, garantindo que não haja desperdício, mas um melhor aproveitamento dos recursos.
- VI - Previsibilidade Financeira: A aquisição de implementos agrícolas assegura maior previsibilidade financeira, ao reduzir a dependência de serviços terceirizados, minimizar custos operacionais variáveis e possibilitar o planejamento mais preciso das safras e das despesas associadas à produção.
- VII - Atendimento a Normas Ambientais e de Segurança: A aquisição de implementos agrícolas contribui ao viabilizar práticas produtivas mais sustentáveis, reduzir impactos ao meio ambiente e assegurar condições adequadas de operação, em conformidade com a legislação vigente e os protocolos técnicos exigidos.

Considerando a base estatística ao Estudo Técnico Preliminar, se analisou os itens de acordo com a sua especificidade, onde se verificou a necessidade de contratação por meio da compra dos implementos agrícolas, no qual podemos destacar que, os implementos citados, performance de maneira distintas, e com objetivos singulares para o panorama laboral e educacional da Fazenda Modelo FUNAP DF.

Justificativa da Aquisição:

A compra dos implementos agrícolas é considerada a opção mais vantajosa para a Administração Pública, superando a locação, por razões fundamentadas em:

- a) Economicidade: A aquisição promove maior economicidade a médio e longo prazo, eliminando custos contínuos com renovações contratuais e reajustes. A análise do ciclo de vida dos bens demonstra que a compra oferece uma melhor gestão orçamentária e redução de despesas públicas.
- b) Eficiência e Autonomia: A propriedade dos equipamentos assegura sua imediata e contínua disponibilidade, conferindo maior autonomia operacional à FUNAP-DF para a capacitação de reeducandos. Isso aumenta a agilidade e previsibilidade, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais.
- c) Planejamento e Sustentabilidade: A aquisição atende ao princípio do planejamento, pois prevê a utilização permanente dos bens. O investimento foca na sustentabilidade administrativa, promovendo a racionalização de recursos e evitando contratações fragmentadas e onerosas.
- d) Conformidade Legal: A opção pela aquisição está tecnicamente justificada, em conformidade com o [art. 20 da Lei nº 14.133/2021](#). Os critérios de razoabilidade e proporcionalidade demonstram que a compra atende ao interesse público e fortalece a capacidade institucional da FUNAP.
- e) Otimização e Durabilidade: A aquisição de implementos novos otimiza tempo e aumenta a eficiência, além de proporcionar maior durabilidade operacional e menores custos indiretos devido à sua vida útil prolongada.

Importa destacar que os implementos adquiridos serão incorporados ao patrimônio da FUNAP-DF, medida que reforça a solidez patrimonial da instituição e assegura a posse definitiva dos bens. Essa incorporação contribui para a valorização e ampliação do ativo institucional, garantindo transparência na gestão patrimonial e permitindo o aproveitamento estratégico dos equipamentos em distintos projetos e iniciativas. Tal providência revela-se positiva não apenas pela segurança jurídica que confere, mas também por consolidar investimentos de longo prazo e ampliar os benefícios sociais decorrentes da utilização dos bens.

Procedimento de Pesquisa de Preços:

A estimativa de valor da contratação foi realizada em observância ao [Art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#).

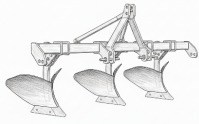

Inicialmente, os preços foram consultados no sítio eletrônico "www.bancodeprecos.com.br", conforme os [incisos I e II, Art. 23 da Lei nº 14.133/2021](#).






Pesquisa Direta: Na ausência de dados equivalentes no [Mapa de Preços NF-e GDF](#), foi realizada uma pesquisa direta com fornecedores, em conformidade com o inciso IV do Art. 23. Os orçamentos obtidos com empresas que habitualmente fornecem ao setor público foram utilizados para compor o valor estimado.

A precisão das especificações e a clareza da pesquisa buscam evitar o insucesso do processo licitatório, aquisições equivocadas e o desperdício de recursos públicos, garantindo a seleção da solução mais viável no mercado.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise de mercado, recomenda-se a aquisição dos seguintes soluções:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA
1	Sulcador de 3 linhas para trator. Engate de 3 pontos. Estrutura tubular de alta resistência. Largura total de 2100mm. Altura total de 1515mm. Altura livre de 810mm. Espaçamento entre linhas de 350mm a 2000mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	1	
2	Compactadora e ensacadora de silagem elétrica. Tensão/Alimentação: 220v. Motor: Mínimo 3cv. Capacidade de ensacar: Mínimo 2 toneladas por hora. Chave liga e desliga automaticamente. Compactação e peso reguláveis com sacos de até 25kg	1	

3	Rotocanteirador. Tipo: Hidráulico. Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura. 1100mm de topo e 1250mm de base. Características técnicas mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com tratores de potência mínima 75cv	1	
4	Ensiladeira 12 facas. 2 linhas. Rotor com 12 facas em perfil C. Tudo elevador sem emen. Sistema de cardan. Produção de até 30 toneladas por hora. Tamanho de picado 24 (2 a 36mm), 1 (um) rotor. Acionamento tratorizado. 4 (quatro) rolos recolhedores. Transmissão caixa e cardan. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	1	
5	Grade aradora com 14 discos de 28 polegadas de diâmetro. Mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo ou a graxa. Espaçamento mínimo entre os discos de 230mm. Controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas. Largura de corte mínima: 1500mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	1	
6	Arado fixo hidráulico. 3 (três) pontos com 3 (três) discos de 28 polegadas de diâmetro. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	1	
7	Perfurador de solo. Tipo de combustível: Gasolina. Motor/Potência mínima: 50cc. Características adicionais: Com 1 (uma) broca de 150mm e 1 (uma) broca 300mm	1	

A presente contratação tem por objeto a aquisição de implementos agrícolas destinados ao apoio das atividades de produção agrícola e pecuária desenvolvidas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF). A solução proposta contempla o fornecimento, em conjunto, dos seguintes equipamentos: sulcador de três linhas para trator; compactadora e ensacadora de silagem elétrica; rotocanteirador; ensiladeira de 12 facas, com duas linhas; grade aradora com 14 discos de 28 polegadas; arado fixo hidráulico; e perfurador de solo, conforme descrito e ilustrado na tabela acima.

A descrição da solução como um todo envolve a aquisição integrada desses implementos, considerando a necessidade de compatibilidade operacional entre os equipamentos e os tratores disponíveis no parque de máquinas da Instituição. O conjunto visa atender às diferentes etapas do preparo, cultivo e beneficiamento da produção agrícola, assegurando maior eficiência no manejo do solo, no plantio e na conservação de forragens, com consequente incremento da produtividade e redução de custos operacionais.

Considerando tratar-se de bens de natureza mecânica e de uso intensivo, com partes móveis e componentes sujeitos a desgaste natural, a solução contempla a exigência de que os implementos sejam fornecidos com garantia mínima de fábrica e com disponibilidade de assistência técnica autorizada que poderá ser acionada pela Administração, a qualquer momento. Deverá ser assegurado, ainda, o fornecimento de peças de reposição originais ou compatíveis, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme recomendação do fabricante.

Essas condições são essenciais para garantir a continuidade operacional dos equipamentos, a segurança dos usuários e a maximização da vida útil dos bens adquiridos, preservando o investimento público e assegurando a economicidade do contrato.

Com relação à modalidade da licitação, a melhor solução para o objeto desse estudo é a solução por pregão eletrônico, com definições de qualidade do produto, de maneira a estabelecer uma contratação que alcance resultados positivos para a Administração.

Considera-se que o modelo de contratação por pregão eletrônico, já adotado anteriormente pela FUNAP-DF, contribui para a racionalização dos processos administrativos, tornando os mais ágeis e eficientes. Essa modalidade permite a otimização dos recursos disponíveis, a redução de desperdícios operacionais e a simplificação das etapas de fiscalização e controle. Além disso, proporciona maior transparência e economia para a Administração, ao mesmo tempo em que facilita o gerenciamento de riscos e a tomada de decisões estratégicas.

A [Lei n.º 14.133/2021](#) define bens e serviços comuns da seguinte forma:

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

Observa-se que é possível concluir que os bens apresentados nesse Estudo Preliminar são fornecidos de forma ampla no mercado, sendo que não há necessidade de qualquer inovação ou modificação por parte da administração pública ao adquirir o material, com características e especificações usuais de mercado nos termos expostos.

características e especificações usuais de mercado nos termos expostos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADE A SEREM CONTRATADAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO(R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Sulcador de 3 linhas para trator. Engate de 3 pontos. Estrutura tubular de alta resistência. Largura total de 2100mm. Altura total de 1515mm. Altura livre de 810mm. Espaçamento entre linhas de 350mm a 2000mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$6.326,98	R\$6.326,98
2	Compactadora e ensacadora de silagem elétrica. Tensão/Alimentação: 220v. Motor: Mínimo 3cv. Capacidade de ensacar: Mínimo 2 toneladas por hora. Chave liga e desliga automaticamente. Compactação e peso reguláveis com sacos de até 25kg	UNIDADE	1	R\$11.668,40	R\$11.668,40
3	Rotocanteirador. Tipo: Hidráulico. Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura. 1100mm de topo e 1250mm de base. Características técnicas mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com tratores de potência mínima 75cv	UNIDADE	1	R\$20.625,00	R\$20.625,00

4	Ensiladeira 12 facas. 2 linhas. Rotor com 12 facas em perfil C. Tudo elevador sem emen. Sistema de cardan. Produção de até 30 toneladas por hora. Tamanho de picado 24 (2 a 36mm), 1 (um) rotor. Acionamento tratorizado. 4 (quatro) rolos recolhedores. Transmissão caixa e cardan. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$85.000,00	R\$85.000,00
5	Grade aradora com 14 discos de 28 polegadas de diâmetro. Mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo ou a graxa. Espaçamento mínimo entre os discos de 230mm. Controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas. Largura de corte mínima: 150mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$49.000,00	R\$49.000,00
6	Arado fixo hidráulico. 3 (três) pontos com 3 (três) discos de 28 polegadas de diâmetro. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$16.625,00	R\$16.625,00
7	Perfurador de solo. Tipo de combustível: Gasolina. Motor/Potência mínima: 50cc. Características adicionais: Com 1 (uma) broca de 150mm e 1 (uma) broca 300mm	UNIDADE	1	R\$952,46	R\$952,46
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 190.197,84

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da aquisição é de R\$ 190.197,84 (cento e noventa mil cento e noventa e sete reais e oitenta e quatro centavos) conforme no Mapa Comparativo de Preços (182947101).

Responsável pela ampla e definitiva pesquisa de preços: Equipe de planejamento da contratação.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto da licitação será por item uma vez que a divisão do objeto não representa perda de economia de escala e visa amplificar a concorrência entre os licitantes, permitindo a participação de diversos fornecedores. O não parcelamento da solução não se mostra economicamente viável, em razão de não se garantir a economia de escala, conforme premissa a Súmula 247 do TCU:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Destaca-se que não se faz necessária a realização de contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A pretensa contratação está diretamente alinhada com o Plano Anual de Contratações 2025 e com outros instrumentos de planejamento da Administração, com a disponibilidade orçamentária compatível com a legislação vigente, conforme Despacho—FUNAP/DIREX/DIRAFI/GEAD/NUMAP (168554430).

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação dos implementos agrícolas pretende gerar resultados concretos em termos de economicidade, eficiência operacional e desenvolvimento sustentável das atividades produtivas conduzidas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF).

Sob o aspecto da economicidade, a aquisição direta dos equipamentos assegura o aproveitamento integral dos recursos financeiros destinados à produção agrícola, eliminando custos recorrentes com locações e evitando paralisações decorrentes da indisponibilidade de maquinário. A aquisição permanente dos bens representa melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida útil dos implementos, reduzindo despesas futuras com manutenções emergenciais e substituições prematuras.

Em termos de eficiência e aproveitamentos dos recursos humanos e materiais, a disponibilidade dos implementos permitirá a execução oportuna das atividades agrícolas, com otimização do tempo de trabalho das equipes e incremento da produtividade nas etapas de preparo do solo, plantio, manejo e conservação de forragem. Os equipamentos ampliarão a capacidade de mecanização das áreas cultivadas, contribuindo para a formação técnica e prática dos internos envolvidos nas ações de ressocialização vinculadas à produção agrícola.

Quanto à efetividade e sustentabilidade, a aquisição contribui para o fortalecimento das políticas públicas de capacitação e reintegração social dos reeducandos, promovendo o uso racional do solo e dos insumos. Os implementos propiciarão melhor aproveitamento dos recursos naturais e redução de desperdícios, alinhando-se aos princípios da eficiência e do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021.

Considerando que a finalidade essencial desta Fundação é a utilização desta mão de obra como processo de ressocialização, bem como profissionalização dos internos do Sistema Prisional, esta aquisição contribuirá diretamente no processo de inserção/reinserção no mercado de trabalho quando alcançarem a liberdade. Esta aquisição em especial será utilizada na capacitação, produção e treinamento agrícola em: horticultura, fruticultura, pecuária, suinocultura, avicultura, entre outros na área agrícola da Fazenda Modelo FUNAP, na qual a utilização dos implementos agrícolas supramencionados são indispensáveis e de grande importância.

Dessa forma, os resultados pretendidos com a presente contratação compreendem ganhos de produtividade, redução de custos operacionais, segurança das operações e ampliação do impacto social e econômico das atividades agrícolas mantidas pela Instituição. Tal aquisição irá assegurar ainda o compromisso desta Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal com as políticas de ressocialização.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

O corpo técnico desta equipe entende que, no momento, não haverá necessidade de adequação ou providência a ser tomada, também levando em consideração que esta Fundação oferece ambiente propício ao fornecimento proposto.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A utilização dos implementos agrícolas objeto desta contratação pode gerar impactos ambientais pontuais, típicos das atividades mecanizadas de preparo e manejo do solo. Entre os principais efeitos potenciais estão a compactação do solo em decorrência do tráfego de tratores e arados, a emissão de ruído e de material particulado durante o funcionamento dos equipamentos, e o consumo energético associado à operação dos motores elétricos ou hidráulicos.

Para mitigação desses impactos, serão adotadas práticas de manejo conservacionista e de uso racional dos recursos naturais, conforme orientações técnicas da Gerência Agrícola da FUNAP/DF e dos fabricantes dos equipamentos. As medidas incluem a realização de manutenção preventiva regular para garantir o funcionamento eficiente dos implementos e evitar vazamentos de óleo e graxas; a adequação das operações agrícolas às condições de umidade e textura do solo, reduzindo o risco de compactação; e o descarte ambientalmente correto de resíduos metálicos e lubrificantes, mediante destinação a fornecedores licenciados ou programas de logística reversa.

Adicionalmente, a escolha de equipamentos com melhor desempenho energético e a priorização de fabricantes que adotem processos de produção ambientalmente responsáveis contribuem para a redução da pegada ecológica da atividade. Dessa forma, a contratação busca compatibilizar a eficiência produtiva com a preservação ambiental, em consonância com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

A Contratada deverá adotar boas práticas de otimização de recursos com a redução de desperdícios e menor poluição. Os materiais a serem utilizados devem atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme determina a [IN SLTI/MP n.º 01, de 2010](#).

A contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na [Lei Distrital nº 4.770/2012](#), que estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Em especial, para atual contratação, o art. 7º da Lei Distrital em questão.

Além dos critérios de sustentabilidade acima, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as demais legislações vigentes.

Não se excluindo outras medidas, porventura necessárias e não mencionadas nesse estudo.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Diante do exposto, declara-se, para fins de prosseguimento processual, que o presente Estudo Técnico Preliminar, observadas suas características e especificidades de escopo, demonstra a necessidade da continuidade das atividades de produção agrícola conduzidas pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), conforme as análises, justificativas e descrições aqui apresentadas, para atendimento das demandas referentes ao exercício de 2025.

A fundamentação do objetivo da contratação mostra-se coerente com o planejamento da área demandante, evidenciando que a futura aquisição produzirá resultados relevantes ao interesse público, com base nas avaliações realizadas neste ETP. As análises e experiências anteriores indicam que a contratação é tecnicamente viável e apresenta condições favoráveis para o alcance dos resultados pretendidos.

Ressalta-se que, após o levantamento das soluções disponíveis no mercado e a identificação daquela que melhor atende às necessidades institucionais, verifica-se a conveniência e a oportunidade da Administração em promover a contratação do objeto, observados os riscos elencados e as respectivas medidas de mitigação.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade de mercado, adequação técnica, competitividade e conformidade com os princípios da eficiência e economicidade, não havendo óbices ao prosseguimento do processo no formato proposto.

Considerando as análises realizadas, os requisitos apresentados e os custos estimados, entende-se que os riscos identificados são administráveis e que os benefícios esperados justificam a contratação.

Esta equipe de planejamento declara:

(X) VIÁVEL, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira adequada.

() INVIÁVEL, conforme os seguintes motivos:

15. RESPONSÁVEIS

Integrante Requisitante

Claudionor Rodrigues da Silva

Matrícula nº 284.232-7

Integrante Técnico

Francisco Meneses

Matrícula nº 285.480-5

Integrante Administrativo

Luan Lucas da Silva Silveira

Matrícula nº 286.405-3

ANEXO II

Modelo de Proposta de preços.

À
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____ e inscrição estadual n.º _____, estabelecida no(a) _____, para a contratação supramencionada, de acordo com todas especificações e condições do Termo de Referência e seus Anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO(R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	Sulcador de 3 linhas para trator. Engate de 3 pontos. Estrutura tubular de alta resistência. Largura total de 2100mm. Altura total de 1515mm. Altura livre de 810mm. Espaçamento entre linhas de 350mm a 2000mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$_____	R\$_____
2	Compactadora e ensacadora de silagem elétrica. Tensão/Alimentação: 220v. Motor: Mínimo 3cv. Capacidade de ensacar: Mínimo 2 toneladas por hora. Chave liga e desliga automaticamente. Compactação e peso reguláveis com sacos de até 25kg	UNIDADE	1	R\$_____	R\$_____
3	Rotocanteirador. Tipo: Hidráulico. Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura. 1100mm de topo e 1250mm de base. Características técnicas mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com tratores de potência mínima 75cv	UNIDADE	1	R\$_____	R\$_____

4	Ensiladeira 12 facas. 2 linhas. Rotor com 12 facas em perfil C. Tudo elevador sem emen. Sistema de cardan. Produção de até 30 toneladas por hora. Tamanho de picado 24 (2 a 36mm), 1 (um) rotor. Acionamento tratorizado. 4 (quatro) rolos recolhedores. Transmissão caixa e cardan. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$ _____	R\$ _____
5	Grade aradora com 14 discos de 28 polegadas de diâmetro. Mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo ou a graxa. Espaçamento mínimo entre os discos de 230mm. Controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas. Largura de corte mínima: 150mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$ _____	R\$ _____
6	Arado fixo hidráulico. 3 (três) pontos com 3 (três) discos de 28 polegadas de diâmetro. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$ _____	R\$ _____
7	Perfurador de solo. Tipo de combustível: Gasolina. Motor/Potência mínima: 50cc. Características adicionais: Com 1 (uma) broca de 150mm e 1 (uma) broca 300mm	UNIDADE	1	R\$ _____	R\$ _____
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ _____

VALOR TOTAL por extenso: R\$..... (.....)

O preço acima é final e nele estão incluídos todos os custos, tributos, encargos sociais e demais despesas relativas ao objeto, de forma a se constituírem na única contraprestação a ser paga pela FUNAP/DF.

Declaro que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Declaramos de que cumpriremos todos os prazos estabelecidos no Termo de Referência e seus Anexos.

Declaramos que atendemos os critérios de sustentabilidade ambiental, previstos no art. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012.

Declaramos que atendemos os critérios previstos no Decreto Distrital nº 39.860, de 30 de maio de 2019.

Validade da Proposta: mínimo 90 (noventa) dias.

Prazo para Entrega: 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Local de Entrega: SIA Trecho 2 1835 / 1845 – 1º Andar, Guará – Brasília/DF, CEP: 71.200-020.

DADOS DA EMPRESA:

Empresa/Razão Social:

Nome do Representante:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Fax:

E-mail:

Cidade, data

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

CARGO

ANEXO III

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 00056-00001025/2025-41)

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS Nº ____/2025

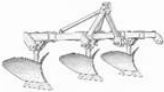






A FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DISTRITO FEDERAL - FUNAP/DF, Fundação Pública de direito público, criada pela Lei nº 7.533 de 02 de setembro de 1986, vinculada à Secretaria de Justiça do Distrito Federal, integrando a Administração Indireta do Governo do Distrito Federal, inscrita no CNPJ nº 03.495.108/0001-90, com sede no Setor de Indústria, Trecho -2, Lotes 1835/1845, CEP: 71.200-020, nesta Cidade de Brasília – Distrito Federal, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por **DEUSELITA PEREIRA MARTINS**, brasileira, casada, CPF nº.305.327.361-68, residente e domiciliada nesta Capital Federal, na qualidade de Diretora Executiva, nos termos de suas atribuições legais e, com delegação de competência prevista no art. 1º da Portaria nº 1.049, de 07 de novembro de 2022, prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e, de outro lado, empresa (____), CNPJ nº (____), com sede em (____), CEP: (____), doravante denominada CONTRATADA, **conforme atos constitutivos da empresa OU procuração**

apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº (____) e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)

1.1. O objeto do presente instrumento é objeto a **aquisição de implementos agrícolas para serem utilizados nas atividades agrícolas na Fazenda Modelo da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP-DF), nas condições estabelecidas no Termo de Referência 90 (185830693).**

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	IMAGEM ILUSTRATIVA
1	Sulcador de 3 linhas para trator. Engate de 3 pontos. Estrutura tubular de alta resistência. Largura total de 2100mm. Altura total de 1515mm. Altura livre de 810mm. Espaçamento entre linhas de 350mm a 2000mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$	R\$	
2	Compactadora e ensacadora de silagem elétrica. Tensão/Alimentação: 220v. Motor: Mínimo 3cv. Capacidade de ensacar: Mínimo 2 toneladas por hora. Chave liga e desliga automaticamente. Compactação e peso reguláveis com sacos de até 25kg	UNIDADE	1	R\$	R\$	
3	Rotocanteirador. Tipo: Hidráulico. Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura. 1100mm de topo e 1250mm de base. Características técnicas mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com tratores de potência mínima 75cv	UNIDADE	1	R\$	R\$	
4	Ensiladeira 12 facas. 2 linhas. Rotor com 12 facas em perfil C. Tudo elevador sem eimen. Sistema de cardan. Produção de até 30 toneladas por hora. Tamanho de picado 24 (2 a 36mm), 1 (um) rotor. Acionamento tratorizado. 4 (quatro) rolos recolhedores. Transmissão caixa e cardan. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$	R\$	
5	Grade aradora com 14 discos de 28 polegadas de diâmetro. Mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo ou a graxa. Espaçamento mínimo entre os discos de 230mm. Controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas. Largura de corte mínima: 150mm. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$	R\$	
6	Arado fixo hidráulico. 3 (três) pontos com 3 (três) discos de 28 polegadas de diâmetro. Compatível com tratores de potência mínima de 75cv	UNIDADE	1	R\$	R\$	
7	Perfurador de solo. Tipo de combustível: Gasolina. Motor/Potência mínima: 50cc. Características adicionais: Com 1 (uma) broca de 150mm e 1 (uma) broca 300mm	UNIDADE	1	R\$	R\$	
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência 90 (185830693);

1.3.2. O Edital de Licitação (____);

1.3.3. A Proposta do contratado (____);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados (____)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo de contrato, podendo ser prorrogado a critério da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do Distrito Federal (FUNAP/DF), na forma do nos termos do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (A RT. 92, IV, VII E XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência 90 (185830693)**;

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto conforme dispõe o **Termo de Referência 90 (185830693)**;

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (A RT. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (por extenso)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (A RT. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência 90 (185830693)**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (A RT. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em // (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA pro rata tempore, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (A RT. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência 90 (185830693)**.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no **Termo de Referência 90 (185830693)**.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A RT. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, **Termo de Referência 90 (185830693)** e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa do Distrito Federal;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (A RT. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução conforme estabelecido no **Termo de Referência 90 (185830693)**

10.2. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica.

10.3. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (A RT. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.2.4. Multa:

1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
2. A sanção prevista de Multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.
3. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - a. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021. (o art. 137, §2º, IV fala da extinção do contratado);
4. Compensatória, para as descritas no subitem “e” a “h” do item 11.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem “c” do item 11.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
6. Para infração descrita no subitem “b” do item, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
7. Para infrações no subitem “d” do item 11.1, a multa será de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
8. Para a infração descrita no subitem “a” do item 11.1, a multa será de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021)

1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
2. as peculiaridades do caso concreto;
3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4. os danos que dela provierem para o Contratante;
5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (A RT. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (A RT. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e distritais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (ART. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

DEUSELITA PEREIRA MARTINS

Diretora Executiva

Representante legal do CONTRATADO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E TERMO DE RESPONSABILIDADE

M O D E L O

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, sediada no endereço _____, telefone nº (____) _____-_____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, UF (____) e do CPF nº _____, DECLARA que a empresa atende a todos os requisitos de habilitação para participação em procedimentos licitatórios, bem como RESPONSABILIZA-SE pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, nos termos do Decreto Federal nº 10.024 de 20/09/2019, adotado no âmbito do DF através do Decreto nº 40.205, de 30/10/2019.

Compromete-se, ainda, **quando solicitado pelo(a) pregoeiro(a)**, a efetuar o encaminhamento da presente Declaração/Termo, devidamente assinado, no prazo de 03 (três) dias úteis, juntamente com a documentação necessária.

Local, de de .

Representante Legal

ANEXO V

Modelo de Declaração de Responsabilidade Ambiental.

Eu _____, CPF n.º _____ como representante devidamente constituído da empresa _____, CNPJ n.º _____, doravante denominado Licitante, para fins do disposto no PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__ - CPL/DIRAFI/DIREX/FUNAP-DF, em atendimento a Lei Distrital nº 4.770/2012, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) A proponente está ciente de sua responsabilidade ambiental e se compromete em adotar práticas ecologicamente corretas realizando as seguintes ações:

i) Descartar o material utilizado (lâmpadas, cartuchos, recipientes de tintas, caixas de papelão), fazendo a separação dos resíduos recicláveis, tendo o cuidado necessário com acondicionamento dos materiais tóxicos: lâmpadas à base de vapor de mercúrio, sódio ou similar; cartuchos e recipientes de tintas e outros, de modo a evitar a evaporação de produtos tóxicos no meio ambiente.

ii) Destinações dos materiais recicláveis às cooperativas e associações dos catadores incentivando a prática da reciclagem e a proteção do meio ambiente.

iii) Utilizar papéis originários de áreas de reflorestamento para reprodução de documentos; sendo que para os fins a que se destina esta licitação, somente será utilizado papel reciclado na forma do exigido no Edital de Licitação.

b) A empresa reconhece sua responsabilidade com o meio ambiente, adotando todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos Órgãos responsáveis, e que já iniciou (ou está em fase de implantação) as seguintes medidas: _____ (DEVERÁ INFORMAR QUAIS AS MEDIDAS JÁ IMPLANTADAS) tendo como meta em um prazo de _____ atingir o nível mínimo para reconhecimento pelos Organismos Ambientais de Empresa Sustentável.

c) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la, conforme exigido no PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__ - CPL/DIRAFI/DIREX/FUNAP-DF.

Brasília, ____ de ____ de ____.

representante legal do licitante

ANEXO VI

Modelo de Declaração para os fins do Decreto nº 39.860/2019.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ____ de ____ de ____

Assinatura

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE ME/EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, sediada no endereço _____, telefone n.º _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____ declara, para todos os efeitos legais, que, no ano-calendário de realização deste pregão PE ____/20__, não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima administrativa para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Representante da Proponente

Assinatura: _____

Brasília, ____ de ____ de 20__.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO VIANA DE SOUZA - Matr.0276578-0, Pregoeiro(a)**, em 05/02/2026, às 14:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 verificador= 194181740 código CRC= 68F6ED22.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de indústria e abastecimento, Trecho 02, Lotes 1835/1845, 1º andar - Bairro S I A - CEP 71200-020 -

